

MANUAL DO IVS SALVADOR

ÍNDICE DE
VULNERABILIDADE
SOCIAL DE SALVADOR

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA APLICAÇÃO
DO IVS NA SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS



vida
nova

2026

CRÉDITOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

Bruno Soares Reis
PREFEITO

Ana Paula Andrade Matos Moreira
VICE-PREFEITA

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL,
COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER

Júnior Magalhães
SECRETÁRIO

Dênio Primo
SUBSECRETÁRIO

Tércio Almir Brandão Santana
DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Itana Quadros Tonhá
GERENTE DE GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E
BENEFÍCIOS SOCIAIS

EQUIPE TÉCNICA

Sandra Renata Carvalho - Gerente do Projeto Vida Nova
Walter Junior - Coordenador territorial
Eliana Suzart - Supervisora Técnica
Francine Souza - Técnica operacional
Tatiana Fonseca - Técnica operacional
Lilian Santos - Analista de Sistema
Eron Brunelli - Analista de Sistema

COLABORAÇÃO

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

Tania Scofield Almeida
PRESIDENTE

Fernando Sergio Barbosa Teixeira
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES

Tiago Ribeiro Santos
GERENTE DE INFORMAÇÕES

Valentina Tridello
GERENTE DE PLANEJAMENTO

Jacileda Cerqueira Santos
SUBGERENTE DE ESTUDOS
E ANÁLISE DE DADOS

EQUIPE TÉCNICA

Caio Costa Couto - Urbanista
Lara Espinheira e Espinheira - Assessora
Maria Auxiliadora da Silva Lobão – Assessora
Sofia Oliveira Souza Reis - Assessora
Beatriz Leal Fraga – Estagiária de Ciências Sociais

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cristiane Dias/Raruti Comunicação e Design

Foto da capa: FMLF. Imagem gerada por IA através do
ChatGpt (2026)

MANUAL DO IVS SALVADOR

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DE SALVADOR

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA APLICAÇÃO
DO IVS NA SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS



MAPEANDO A VULNERABILIDADE, CONSTRUINDO AUTONOMIA

Enfrentar a pobreza exige mais do que boas intenções. Exige método, estratégia e a capacidade de transformar conhecimento em ação concreta.

Salvador tem avançado na construção de soluções inovadoras nesse campo. Temos investido em tecnologias sociais que permitem ao poder público atuar com mais precisão, promovendo não apenas o enfrentamento da pobreza, mas a construção de caminhos de autonomia para as famílias.

O Índice de Vulnerabilidade Social de Salvador – IVS-SSA é resultado desse esforço. Ele nasce vinculado ao Programa Vida Nova, uma iniciativa que venho amadurecendo há muito tempo, desde os estudos que desenvolvi sobre soluções para a pobreza e as desigualdades – tema da minha dissertação de mestrado. Ver esse projeto ganhar forma, com base técnica sólida e capacidade de aplicação prática, é motivo de grande satisfação.

O IVS-SSA traduz, de maneira estruturada, a complexidade da realidade social da nossa cidade. Ao considerar múltiplas dimensões da pobreza, ele permite que a Prefeitura identifique as famílias mais vulneráveis e direcione com justiça as suas ações.

Quero destacar o trabalho da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE) e da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), que construíram esse instrumento com rigor, seriedade e compromisso público. O resultado é um material consistente que fortalece a capacidade de planejamento da gestão e qualifica a execução das políticas sociais.

Mais do que um instrumento técnico, o IVS-SSA representa uma escolha de gestão: a decisão de enfrentar a desigualdade com responsabilidade, com método e com coragem. É assim que transformamos conhecimento em política pública e política pública em mudança real na vida das pessoas.

Bruno Soares Reis
Prefeito de Salvador



IVS-SALVADOR – UM MARCO NA GESTÃO SOCIAL DA CIDADE

A gestão pública que se pretende justa e eficaz precisa, necessariamente, estar ancorada em evidências. Não há como enfrentar desigualdades históricas com base apenas em percepções ou critérios subjetivos. É nesse contexto que apresentamos o Índice de Vulnerabilidade Social de Salvador – IVS-Salvador.

O IVS-Salvador nasce como resposta a uma necessidade objetiva da gestão municipal: qualificar o processo de identificação das famílias em situação de maior vulnerabilidade social, assegurando critérios técnicos, imparcialidade e transparência. Sua construção está diretamente vinculada à implementação do Programa Vida Nova, iniciativa estruturante da Prefeitura de Salvador voltada à superação da pobreza e à promoção da autonomia das famílias.

Ao longo do processo de formulação do programa, tornou-se evidente que o enfrentamento da pobreza não poderia ser tratado de forma isolada ou reduzido a um único fator, como a renda. A pobreza, em Salvador, se manifesta de forma multifatorial – envolvendo condições de moradia, acesso à educação, inserção produtiva, estrutura familiar e acesso a direitos básicos. A partir desse entendimento foi construído o IVS-Salvador: um instrumento concebido para captar essa complexidade e orientar a política pública a partir de uma leitura mais completa e real das condições de vida das famílias.

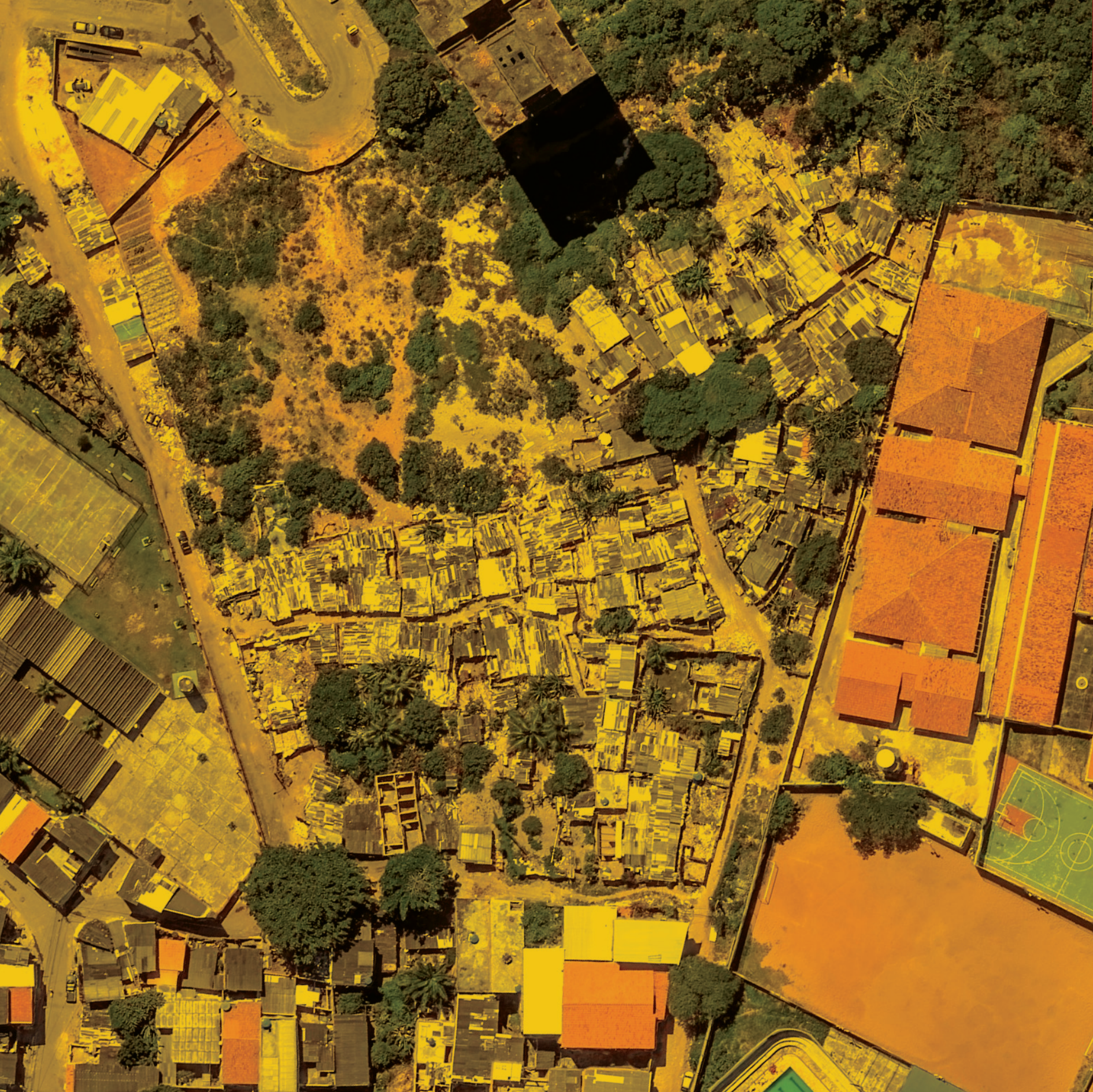
Ao incorporar diferentes dimensões da vida social – como habitação, educação, renda e estrutura familiar – o IVS-Salvador permite identificar, de forma mais justa, aquelas famílias que acumulam maiores desvantagens e que, portanto, devem ser priorizadas nas políticas públicas. Contudo, mais do que um instrumento de seleção, o índice representa um avanço na forma como o município planeja e executa suas ações. Ele possibilita não apenas a priorização das famílias, mas também a leitura territorial das vulnerabilidades, contribuindo para a construção de políticas públicas mais integradas, eficientes e orientadas por dados.

A aplicação do IVS-Salvador no âmbito do Programa Vida Nova garante que o acesso ao programa se dê com base em critérios claros e verificáveis, fortalecendo a confiança da população e assegurando que os recursos públicos sejam direcionados a quem realmente mais precisa.

O IVS-Salvador é um marco na gestão social da cidade, um instrumento de justiça social construído para garantir que nenhuma família em situação de vulnerabilidade seja invisibilizada. O novo índice traduz o compromisso desta administração com a equidade, a transparência e a efetividade das políticas públicas.

Seguimos firmes no propósito de construir uma cidade mais justa, inclusiva e com oportunidades reais para todos.

Júnior Magalhães
Secretário Municipal de Promoção Social,
Combate à Pobreza, Esportes e Lazer



UM NOVO INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO DE SALVADOR

A formulação de políticas públicas mais equitativas e efetivas requer do poder público a capacidade de compreender com precisão, representatividade e confiabilidade a realidade social e territorial da cidade. O Índice de Vulnerabilidade Social de Salvador – IVS-Salvador – representa um avanço significativo ao integrar análise social e planejamento urbano em um mesmo instrumento.

Enquanto órgão responsável pelo planejamento urbano e pela gestão do sistema de informação Salvador Dados, a Fundação Mário Leal Ferreira desempenhou papel fundamental no apoio à construção do IVS-Salvador, especialmente na incorporação da dimensão territorial à análise da vulnerabilidade social.

Salvador é marcada por profundas desigualdades socioespaciais. A vulnerabilidade não se apresenta de forma homogênea na cidade; concentra-se em determinados territórios, associada à precariedade urbana, à insuficiência de infraestrutura e à limitação de acesso aos serviços públicos.

É nessa perspectiva que o IVS-Salvador se apresenta como uma ferramenta estratégica para o planejamento, ao possibilitar a identificação das áreas de maior incidência de

famílias vulneráveis e orientar a ação do poder público de forma mais assertiva.

Por meio da articulação de dados do Cadastro Único que compõem o índice com informações territoriais oriundas de outras bases de dados, torna-se possível avançar na construção de uma leitura geossocial da cidade. Essa abordagem, essencial para o enfrentamento das desigualdades, evidencia não apenas a condição das famílias, mas também os contextos urbanos nos quais as vulnerabilidades se produzem e se reproduzem.

O IVS-Salvador, ao ampliar a capacidade do município de planejar políticas públicas de forma integrada, favorece a definição de prioridades de investimento e de áreas estratégicas para intervenção, como também o desenvolvimento de ações intersetoriais que dialoguem com as especificidades de cada território.

Dessa maneira, o índice se estabelece como um instrumento permanente de planejamento da cidade, contribuindo para o aprimoramento das políticas sociais e de desenvolvimento urbano e para a construção de estratégias mais eficazes de enfrentamento da pobreza e das desigualdades.

Tania Scofield Almeida
Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	11
2.	POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL	12
3.	REFERENCIAL METODOLÓGICO	14
4.	O PROGRAMA VIDA NOVA E SUA ARTICULAÇÃO COM O IVS-SALVADOR	16
5.	APRESENTAÇÃO DO IVS-SALVADOR	18
5.1.	Metodologia de Desenvolvimento	18
5.2.	Dimensões e Indicadores	20
5.2.1.	Dimensão 1 - Moradia	20
5.2.2.	Dimensão 2 – Perfil Familiar	22
5.2.3.	Dimensão 3 – Trabalho e Renda	24
5.2.4.	Dimensão 4 – Educação	26
5.3.	Construção do IVS-Salvador	28
5.3.1.	Cálculo do Índice	28
5.3.2.	Síntese dos resultados	30
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7.	REFERÊNCIAS	36

ÍNDICE DE FIGURAS	
Figura 1 - Apresentação de Indicadores e Componentes por Dimensão	19
Figura 2 - Cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social	29
Figura 3 - Mapa de distribuição das famílias vulneráveis por bairro.	31
Figura 4 - Mapa de concentração de IVS por CRAS.	33

ÍNDICE DE TABELAS	
Tabela 1 - Dimensão 1: Moradia	21
Tabela 2 - Dimensão 2: Perfil Familiar	23
Tabela 3 - Dimensão 3: Trabalho e Renda	25
Tabela 4 - Dimensão 4: Educação	27
Tabela 5 - Pontuação e valores dos índices por dimensão e geral	30

1. APRESENTAÇÃO

Um dos maiores desafios das cidades na contemporaneidade é buscar caminhos para o enfrentamento dos riscos decorrentes da escassez ou da ausência de acesso a recursos e a direitos básicos, o que expõe as pessoas às consequências da exclusão social, da violência, da desassistência, da insegurança alimentar e da moradia inadequada. Para o enfrentamento desses desafios, a Prefeitura de Salvador criou o Programa Vida Nova – um conjunto de 25 ações de assistência social integradas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade, com investimento inicial de R\$200 milhões.

Para subsidiar o programa, a Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), em colaboração com a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade Social de Salvador (IVS-Salvador), um instrumento voltado à mensuração das condições das famílias com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

A criação do IVS-Salvador teve como referência o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR) construído pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em 2012 e recentemente reavaliado com base nas experiências efetivadas ao longo dos mais de dez anos de sua aplicação. A metodologia foi adaptada para a realidade social e institucional de Salvador com o objetivo de identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade segundo diferentes dimensões, caracterizar o grau de vulnerabilidade e estabelecer prioridades para a atuação do poder público com base no princípio da equidade, priorizando, de forma objetiva, aquelas que mais necessitam.

2. POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Muito se discute sobre vulnerabilidade social e pobreza no campo das políticas públicas e das ciências sociais. Entretanto, apesar da centralidade do tema no debate contemporâneo, ainda não há consenso teórico e metodológico quanto à sua definição, mensuração e operacionalização. A literatura evidencia que esses conceitos são frequentemente utilizados de forma indiferenciada, embora representem dimensões analíticas distintas.

No âmbito das políticas públicas brasileiras, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome adota, para fins operacionais no Programa Bolsa Família (PBF) e no CadÚnico, o critério de renda familiar per capita mensal de até R\$218,00 como parâmetro para definição de pobreza (BRASIL, 2026). Trata-se de um critério administrativo relevante para a elegibilidade a programas de transferência de renda. Ainda que esse parâmetro seja amplamente utilizado na gestão das políticas sociais no país, outras instituições adotam metodologias distintas para a mensuração da pobreza.

No contexto das análises internacionais, os critérios de definição da pobreza tendem a ser mais restritivos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial, considera-se em situação de extrema pobreza a população com renda inferior a US\$2.15 per capita por dia (aproximadamente R\$218,00 per capita mensais). Por sua vez, a linha de pobreza corresponde a rendimentos inferiores a US\$6.85 per capita por dia, o que equivale a cerca de R\$694,00 per capita mensais (IBGE, 2025).

Contudo, restringir a pobreza exclusivamente à dimensão monetária revela-se insuficiente para compreender a complexidade das privações que afetam as famílias em contextos de desigualdade estrutural.

Sen (2000) propõe que a pobreza seja entendida como privação de capacidades básicas, isto é, como limitação concreta das possibilidades de escolha e de participação plena na vida social. Nessa perspectiva, a renda constitui meio, mas não fim em si mesma. A ausência de acesso adequado à educação, à saúde, à moradia digna, à segurança e

a oportunidades produtivas configura restrição substantiva à liberdade humana. Assim, a pobreza ultrapassa o critério monetário e assume caráter multidimensional.

De modo complementar, Jannuzzi (2012) destaca que a mensuração da pobreza e da vulnerabilidade requer a construção de indicadores sociais consistentes, metodologicamente fundamentados e alinhados às finalidades da política pública. Para o autor, a produção de indicadores não constitui mero exercício técnico; trata-se de processo estratégico que orienta prioridades, a alocação de recursos e a focalização das ações governamentais.

A vulnerabilidade social deve ser compreendida como condição de exposição ampliada a riscos e de insuficiência de mecanismos de proteção. Envolve fragilidades econômicas, educacionais, ocupacionais, territoriais e relacionais, podendo se intensificar diante de choques sociais, crises econômicas ou da ausência de serviços públicos adequados. Trata-se de fenômeno dinâmico e territorializado, que se manifesta de forma diferenciada no espaço urbano.

Diante dessa complexidade, a identificação clara do que se entende por vulnerabilidade constitui etapa fundamental para a construção de instrumentos técnicos capazes de orientar políticas públicas com base na equidade. A inexis-

tência de critérios multidimensionais pode gerar distorções na priorização de públicos e comprometer a efetividade das intervenções. É nesse contexto que se propõe a criação do IVS-Salvador como instrumento técnico voltado à identificação e ao ranqueamento das famílias em situação de maior vulnerabilidade. Para além de uma ferramenta classificatória, o IVS-Salvador permitirá a realização de uma análise geossocial¹ da cidade de Salvador, evidenciando a distribuição territorial das privações e subsidiando decisões estratégicas de planejamento e investimento público.

A construção de um índice dessa magnitude exige definição conceitual rigorosa, seleção criteriosa de variáveis, metodologia estatística transparente e coerência com os marcos normativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Somente a partir de uma abordagem multidimensional será possível estruturar um instrumento capaz de captar a complexidade das desigualdades urbanas e orientar intervenções mais justas e eficientes.

A concepção do IVS-Salvador parte do reconhecimento de que a pobreza constitui um fenômeno multifacetado e de que a vulnerabilidade social demanda investigação aprofundada. Pressupõe que a integração entre diagnóstico técnico e intervenção estruturada fortalece a governança da política pública, amplia sua legitimidade social e eleva a probabilidade de resultados sustentáveis na redução das desigualdades no município de Salvador. A proposição do índice se insere nesse esforço, buscando fortalecer o planejamento público baseado em evidências e contribuir para a redução das desigualdades socioespaciais.

1. Abordagem geossocial é uma noção transdisciplinar que permite a integração entre a análise de processos geográficos (território, ambiente, localização) e as dinâmicas sociais (relações humanas, cultura, comportamentos), com a finalidade de compreender, planejar ou intervir em uma determinada realidade (Acuña; Roldán; Tironi; Juzam. 2021).

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

IVF - PARANÁ

O IVFPR, desenvolvido no âmbito da política estadual de assistência social do Paraná (PARANÁ, 2013), foi a principal inspiração metodológica para a construção do IVS-Salvador. O IVF-PR representa uma experiência consolidada de mensuração multidimensional da vulnerabilidade familiar, articulando variáveis relativas à renda, à composição familiar, à escolaridade, às condições habitacionais e à inserção produtiva.

Entretanto, reconheceu-se desde o início que a simples replicação do modelo paranaense não seria suficiente para capturar as especificidades da realidade soteropolitana. Salvador apresenta características demográficas, territoriais e socioeconômicas próprias, com forte heterogeneidade intraurbana, concentração de assentamentos precários, desigualdades raciais e de gênero historicamente estruturadas e dinâmicas de informalidade no mercado de trabalho que exigem leitura contextualizada.

Nesse sentido, foram incorporados indicadores não previstos originalmente no modelo paranaense, a exemplo da variável relacionada à coleta de lixo na dimensão Moradia. Sua inclusão fundamenta-se na compreensão de que as condições geomorfológicas e urbanísticas de Salvador impõem desafios específicos à prestação de serviços públicos essenciais, tornando relevante mensurar o acesso efetivo das famílias à coleta regular de resíduos como elemento estruturante das condições de vida urbana.

Ademais, a atribuição de pesos aos indicadores foi ajustada com base em critérios técnicos, fundamentados na gravidade das privações sociais e no potencial de reprodução intergeracional da vulnerabilidade. Essa reponderação permitiu conferir maior sensibilidade ao índice para a identificação das famílias em situação de vulnerabilidade mais intensa, reforçando sua aderência aos objetivos operacionais do Programa Vida Nova.

Assim, o IVS-Salvador configura-se como instrumento metodologicamente derivado de experiência previamente consolidada, porém reconstruído a partir de evidências territoriais, institucionais e empíricas próprias do contexto municipal, garantindo simultaneamente consistência técnica e comparabilidade metodológica.

O CADÚNICO E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE

O CadÚnico constitui o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda no Brasil. Sua instituição formal ocorreu por meio do Decreto Federal nº 3.877, de 24 de julho de 2001, posteriormente substituído pelo Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que consolidou sua regulamentação. Mais recentemente, o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de

2022, atualizou as diretrizes do CadÚnico, reafirmando sua centralidade na gestão das políticas sociais.

O CadÚnico está intrinsecamente vinculado à Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), que estabelece a assistência social como política de seguridade social não contributiva, destinada à proteção social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. A exigência de inscrição no CadÚnico para acesso a garantias como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) reforça seu papel estruturante no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Do ponto de vista técnico-operacional, o CadÚnico reúne informações detalhadas sobre composição familiar, gênero, renda, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, condições de moradia, acesso a serviços públicos, pertencimento étnico-racial e presença de pessoas com deficiência, entre outros aspectos. Trata-se de uma base padronizada nacionalmente, com coleta descentralizada realizada pelos municípios e submetida a procedimentos periódicos de atualização.

A obrigatoriedade de atualização cadastral periódica, especialmente para a manutenção de benefícios de transferência de renda, confere ao CadÚnico elevado grau de atualidade das informações. Essa dinâmica reduz as defasagens temporais e assegura maior aderência entre os dados registrados e a realidade vivenciada pelas famílias.

Na contemporaneidade, o CadÚnico configura-se como a base de dados mais estratégica sobre a população em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Sua capilaridade territorial, padronização metodológica e riqueza informacional o tornam instrumento fundamental para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas redistributivas.

Sob a perspectiva crítica de Yamamoto (2001), a questão social manifesta-se nas múltiplas expressões das desigualdades produzidas historicamente no processo de desenvolvimento. Nesse contexto, a política de assistência social assume papel estratégico na mediação dessas expressões, demandando instrumentos técnicos que possibilitem a identificação objetiva das necessidades sociais. O CadÚnico, enquanto ferramenta institucional, materializa essa mediação ao sistematizar informações que traduzem, de forma concreta, as condições de vida das famílias.

A utilização do CadÚnico como base para o desenvolvimento do IVS-Salvador fundamenta-se, portanto, em critérios técnicos e políticos: técnicos, porque assegura padronização, confiabilidade e atualização periódica das informações; e políticos, porque reafirma a centralidade da política de assistência social como direito e como campo de intervenção estruturada.

Optou-se por utilizar prioritariamente os dados do CadÚnico na construção do IVS-Salvador, a fim de garantir consistência metodológica e evitar perda de qualidade decorrente de cruzamentos excessivos com bases heterogêneas ou temporalmente desatualizadas. Desse modo, a integração direta com a base oficial da política social assegura maior assertividade na identificação das famílias prioritárias e fortalece a transparência do processo.

4. O PROGRAMA VIDA NOVA E SUA ARTICULAÇÃO COM O IVS-SALVADOR

É no contexto de aprofundamento da compreensão sobre a vulnerabilidade social e da necessidade de qualificação da focalização das políticas de assistência social que surge o Programa Vida Nova. Trata-se de uma estratégia municipal estruturada para a superação da vulnerabilidade social em Salvador, orientada por abordagem multidimensional, integrada e territorializada.

O Programa Vida Nova parte do entendimento de que a vulnerabilidade social constitui fenômeno complexo, que não se reduz à insuficiência de renda, mas se manifesta em múltiplas privações que limitam o desenvolvimento humano e a autonomia das famílias. Essa concepção dialoga com experiências contemporâneas de enfrentamento à pobreza na América Latina, como a metodologia do Semáforo de Eliminação da Pobreza, desenvolvida por Burt (2016), que evidenciou a importância de identificar carências simultâneas em diversas dimensões da vida familiar para promover transformações estruturais e sustentáveis.

De forma convergente, Lyra (2017), ao abordar estratégias de inclusão produtiva e mobilidade social em territórios

periféricos, destaca que a superação das vulnerabilidades exige intervenção integrada, protagonismo das famílias e articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Nessa perspectiva, a transformação social demanda instrumentos de diagnóstico, planejamento estratégico e ação coordenada, capazes de transformar a realidade dos territórios.

O Programa Vida Nova estrutura sua atuação em dimensões fundamentais: emprego e renda; segurança alimentar; moradia; educação; saúde; e assistência social. Essas dimensões refletem aspectos estruturantes da vida familiar e correspondem a fatores determinantes para a construção de autonomia, estabilidade e cidadania.

Na dimensão de emprego e renda, o programa prioriza a inclusão produtiva, a qualificação profissional e o acesso a oportunidades formais e sustentáveis de geração de renda. Em segurança alimentar, busca-se garantir acesso regular e adequado a alimentos com valor nutricional. A dimensão habitacional contempla condições de moradia e infraestrutura básica. Em educação, o foco está na

permanência escolar, na superação da defasagem idade-série e na qualificação profissional. Na saúde, considera-se o acesso a serviços e o acompanhamento contínuo. Já a assistência social atua na proteção de famílias com vínculos fragilizados e em situação de violação de direitos.

O objetivo central do Programa Vida Nova é promover a superação sustentável da vulnerabilidade social por meio de ações integradas e customizadas às necessidades das famílias soteropolitanas. Não se trata apenas de ampliar benefícios, mas de estruturar trajetórias de saída de contextos marcados pela exposição a múltiplos riscos sociais, com acompanhamento sistemático e foco em resultados concretos.

Para que essa estratégia alcance efetividade e legitimidade, a aplicação do IVS-Salvador possibilita o ranqueamento técnico das famílias, fundamentado em critérios mensuráveis e verificáveis extraídos do CadÚnico. Sua função é identificar aquelas que acumulam maior número de privações em dimensões estruturantes do Programa Vida Nova, garantindo que a priorização seja orientada por evidências e não por critérios discricionários.

Assim, o IVS-Salvador não se configura como instrumento paralelo ao programa, mas como sua base operacional e estratégica. Enquanto o Programa Vida Nova organiza a intervenção intersectorial nas dimensões da vulnerabilidade, o IVS-Salvador identifica, prioriza e hierarquiza as famílias a partir de metodologia consistente e alinhada ao CadÚnico.

A ARTICULAÇÃO ENTRE PROGRAMA E ÍNDICE GARANTE TRÊS PILARES FUNDAMENTAIS:

- **Transparência, ao estabelecer critérios técnicos claros para seleção das famílias;**
- **Equidade, ao priorizar aquelas com maior acúmulo de vulnerabilidades;**
- **Eficiência, ao direcionar recursos públicos de forma estratégica e territorializada.**

Adicionalmente, a possibilidade de agregação territorial dos resultados do IVS-Salvador permite que o Programa Vida Nova atue com inteligência geossocial, identificando áreas críticas da cidade e promovendo intervenções integradas. Trata-se, portanto, de instrumentos complementares de uma mesma estratégia pública: enquanto o IVS-Salvador assegura a focalização equitativa e a transparência no processo de seleção das famílias, o Programa Vida Nova organiza a intervenção multidimensional voltada à superação da vulnerabilidade social.

Conclui-se, assim, que o IVS-Salvador não é apenas instrumento auxiliar, mas componente estratégico e estruturante do Programa Vida Nova. O êxito do Programa Vida Nova depende diretamente da qualidade, da precisão e da legitimidade do IVS-Salvador, uma vez que a efetividade da política está condicionada à correta identificação do público-alvo e à adequada focalização dos recursos.

5. APRESENTAÇÃO DO IVS-SALVADOR

5.1. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

A estrutura do IVS-Salvador baseia-se na formulação de índices sintéticos por dimensão, obtidos a partir do somatório das pontuações atribuídas a cada família, seguido do processo de normalização. A cada condição observada é associado um valor proporcional ao grau estimado de vulnerabilidade, de modo que situações consideradas mais graves recebem pontuações mais elevadas, refletindo a intensidade das restrições enfrentadas no resultado final. Como resultado desse processo, prevê-se a disponibilização de um índice sintético de vulnerabilidade social, bem como de um conjunto de indicadores dimensionais que possibilitam análises focalizadas das vulnerabilidades predominantes.

Conforme já explicitado na metodologia, o IVS-Salvador fundamenta-se nas informações objetivas fornecidas pelo CadÚnico, passíveis de operacionalização como indicadores, conforme descrito a seguir.

Os indicadores selecionados para compor o IVS-Salvador estão distribuídos em quatro dimensões, conforme apresentado na Figura 1.

INDICADORES COMPONENTES POR DIMENSÃO

DIMENSÃO	INDICADORES
 Moradia	• Espécie de domicílio • Densidade por dormitório • Paredes do domicílio • Piso do domicílio • Água encanada • Esgotamento sanitário • Coleta de Lixo
 Perfil Familiar	• Responsabilidade pela família • Razão de dependência de crianças e adolescentes • Crianças de 0 a 6 anos na família • Presença de pessoas com deficiência na família • Idosos em condição de agregado
 Trabalho e Renda	• Trabalho dos adultos • Renda familiar mensal per capita • Recebimento de benefícios federais
 Educação	• Crianças e adolescentes fora da escola • Distorção idade-série • Jovens e adultos sem ensino fundamental • Analfabetismo do chefe de família

Figura 1 - Apresentação de Indicadores e Componentes por Dimensão
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)



Foto: FMLF. Foto original editada com auxílio de IA (2026)

5.2. DIMENSÕES E INDICADORES

5.2.1. DIMENSÃO 1 - MORADIA

O conceito de moradia ultrapassa a compreensão restrita da estrutura física utilizada como abrigo e proteção, integrando o conjunto das necessidades básicas do ser humano. Reconhecida como direito fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e como direito social a ser garantido pela Constituição Federal brasileira (1988), a moradia envolve o acesso a um ambiente

integrado, que compreende condições adequadas de saneamento (água, esgotamento sanitário, drenagem e coleta de resíduos), energia elétrica, transporte e mobilidade, comunicação e tecnologia, segurança jurídica da posse e dignidade familiar.

Neste sentido, a dimensão Moradia reúne sete indicadores voltados à análise das condições estruturais do domicílio e do acesso à infraestrutura básica, reconhecendo que o entorno constitui elemento determinante na reprodução das desigualdades urbanas.

MORADIA			
INDICADOR	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO
D1.1 Espécie de domicílio	Identifica a característica principal do domicílio da família ou ausência de domicílio	Domicílio improvisado	6
		Domicílio coletivo	4
		Domicílio permanente	2
D1.2 Densidade por dormitório	Número de pessoas pelo número de cômodos usados como dormitório	Com mais de 3 pessoas por dormitório	3
		Com 3 pessoas ou menos por dormitório	0
D1.3 Paredes do domicílio	Material predominante na construção das paredes do domicílio	Parede de palha / taipa não revestida / madeira aproveitada / outro material	3
		Parede em alvenaria sem revestimento/taipa revestida	2
		Parede em alvenaria com revestimento / madeira aparelhada	0
D1.4 Piso do domicílio	Material predominante no piso do domicílio	Terra	2
		Cimento/Madeira aproveitada	1
		Madeira aparelhada / cerâmica, lajota ou pedra / carpete / outro material	0
D1.5 Água encanada	Existência de pelo menos um cômodo com água canalizada	Não tem água canalizada em pelo menos um cômodo	3
		Tem água canalizada em pelo menos um cômodo	0
D1.6 Esgotamento sanitário	Existência de banheiro e forma de escoamento das águas ou dejetos	Não tem banheiro sanitário no domicílio ou propriedade ou tem banheiro e o escoamento vai para vala a céu aberto, direto para rio, lago ou mar.	4
		Tem banheiro e o escoamento vai para fossa rudimentar	2
		Tem banheiro e o escoamento vai para rede coletora de esgoto ou pluvial ou fossa séptica	0
D1.7 Coleta de Lixo	Acesso à coleta de lixo domiciliar	É queimado ou enterrado na propriedade / É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.) / É jogado em rio, lago ou mar / Tem outro destino (peso 3);	3
		É coletado indiretamente	1
		É coletado diretamente	0

Tabela 1 - Dimensão 1: Moradia

Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)

Para cada uma dessas variáveis, as situações de maior precariedade – como domicílio improvisado, adensamento elevado (mais de três pessoas por dormitório), materiais construtivos frágeis, ausência de saneamento ou descarte inadequado de resíduos – recebem maior pontuação no índice.

Essa dimensão permite identificar territórios com infraestrutura deficitária e famílias expostas a condições ambientais adversas, fatores que impactam diretamente a saúde, a segurança e a dignidade.



Foto: FMLF. Imagem gerada por IA através do ChatGpt (2026)

5.2.2. DIMENSÃO 2 – PERFIL FAMILIAR

A dimensão Perfil Familiar abrange noções próprias da sociodemografia, campo interdisciplinar que articula conceitos da demografia e da sociologia com o objetivo de compreender a composição da população em termos demográficos, como idade, cor ou raça, sexo, dinâmica populacional e distribuição espacial, e sociológicos, tais como organização social, estrutura e arranjos familiares,

comportamentos coletivos, desigualdades, classes sociais, relações, conflitos, gênero, papéis sociais, cultura e movimentos sociais, entre outros.

Para fins de hierarquização do grau de vulnerabilidade, a dimensão Perfil Familiar agrupou cinco indicadores relacionados à estrutura familiar, à dependência econômica e a condições especiais que ampliam a necessidade de proteção social.

PERFIL FAMILIAR			
INDICADOR	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO
D2.1 Responsabilidade pela família	Condições de responsabilidade pela família	Monoparental (Mulher responsável)	3
		Monoparental (Homem responsável)	2
		Família biparental	0
D2.2 Razão de dependência de crianças e adolescentes	Razão entre quantidade de crianças de 0 a 17 anos e adultos de 18 ou mais anos	Maior ou igual a 1	6
		Menor do que 1	0
D2.3 Crianças de 0 a 6 anos na família	Presença de crianças de 0 a 6 anos na família	Maior ou igual a 3	4
		De 1 a 2	2
		Igual a 0	0
D2.4 Presença de pessoas com deficiência na família	Presença e quantidade de pessoas na família que têm alguma deficiência permanente que limite suas atividades habituais	Sim, mais de 1 deficiente	5
		Sim, 1 deficiente.	3
		Não	0
D2.5 Idosos em condição de agregado	Presença de idosos que residem no domicílio como outro parente ou como agregado	Há idosos	2
		Não há idosos	0

Tabela 2 - Dimensão 2: Perfil Familiar
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)

Famílias monoparentais, com elevada razão de dependência, presença de crianças pequenas ou de membros com deficiência tendem a apresentar maior sobrecarga econômica e social, recebendo, assim, pontuação proporcionalmente mais elevada no índice.

Essa dimensão expressa a vulnerabilidade associada ao ciclo de vida e à capacidade interna de sustento e de cuidado, reconhecendo que determinados arranjos familiares enfrentam desafios estruturais mais intensos.



Foto: FMLF. Foto original editada com auxílio de IA (2026)

5.2.3. DIMENSÃO 3 – TRABALHO E RENDA

A dimensão Trabalho e Renda é voltada para a análise da inserção formal ou informal na força de trabalho, da desocupação, da renda média mensal da família, entre outros aspectos. Para os efeitos deste índice, agrupou-se três indicadores considerados centrais para caracterizar a manutenção econômica familiar, identificando o nível de dependência do núcleo familiar de Programas de Transferência de Renda.

Famílias com todos os adultos desocupados, com renda per capita inferior aos limites mais baixos estabelecidos e dependentes exclusivamente de transferências de renda recebem maior pontuação na dimensão.

Ressalta-se que, embora a baixa renda não esgote o conceito de vulnerabilidade, ela permanece como variável estruturante, especialmente quando associada à ausência de inserção produtiva. A análise conjunta dessas três variáveis permite distinguir a situação de vulnerabilidade da situação de pobreza.

TRABALHO E RENDA			
INDICADOR	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO
D3.1 Trabalho dos adultos	Identifica a condição de ocupação das pessoas de 18 a 64 anos de idade	Família com todos os adultos desocupados	7
		Família com pelo menos um adulto desocupado	4
		Família com todos os adultos ocupados	0
D3.2 Renda familiar mensal per capita	Soma de todos os rendimentos mensais(1), exceto de programas de transferência de renda, de todas as pessoas da família dividida pelo número de pessoas da família na data da entrevista	<= 105 reais de renda per capita	9
		de 106 a 218 reais de renda per capita	6
		de 219 a 1/2 salário mínimo de renda per capita	2
D3.3 Recebimento de Benefícios Federais	Recebimento de Bolsa Família e BPC	Não recebe nenhum benefício federal	4
		Recebe BPC ou Recebe Bolsa Família	0

Tabela 3 - Dimensão 3: Trabalho e Renda
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)



Foto: FMLF. Foto original editada com auxílio de IA (2026)

5.2.4. DIMENSÃO 4 – EDUCAÇÃO

A dimensão Educação incorpora indicadores que refletem tanto o processo de escolarização, relativo à matrícula e à frequência escolar, quanto à escolaridade, que se refere ao tempo de permanência na escola e ao nível de estudos alcançado.

A distorção idade-série ou a presença de adultos sem escolaridade básica concluída indicam fragilidades

no capital cultural dos indivíduos, comprometendo as oportunidades de mobilidade social intergeracional. Quando o responsável familiar não sabe ler ou escrever, a vulnerabilidade tende a se agravar, dada a limitação de acesso à informação, ao trabalho formal e a direitos.

Essa dimensão dialoga diretamente com a perspectiva das capacidades, pois a educação amplia oportunidades e reduz vulnerabilidades futuras.

EDUCAÇÃO			
INDICADORES	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO
D4.1 Crianças e adolescentes fora da escola	Existência de crianças e adolescentes que não têm seu direito à educação básica assegurado	Famílias que têm mais de uma criança ou adolescente de 6 a 17 anos fora da escola	8
		Famílias que têm crianças com idade de 0 a 5 anos fora de creche ou pré-escola	6
		Famílias que têm só uma criança ou adolescente de 6 a 17 anos fora da escola	4
		Famílias sem crianças ou sem crianças e adolescentes fora da escola	0
D4.2 Distorção idade-série	Existência de pessoas em idade escolar (6 a 17 anos) da educação básica e que estão frequentando escola, mas não no ano correspondente à idade (distorção de no mínimo 3 anos)	Ao menos 1 pessoa em distorção na família	4
		Nenhuma pessoa em distorção na família	0
D4.3 Jovens e adultos sem ensino fundamental	Existência de pessoas que não frequentam escola (com 18 ou mais anos de idade) e que não concluíram a educação fundamental	Existência de uma ou mais pessoas na família com mais de 18 anos que não concluíram o ensino fundamental	3
		Nenhuma pessoa de 18 anos ou mais na família sem conclusão do ensino fundamental	0
D4.4 Analfabetismo do chefe de família	Condição de analfabetismo daquele que é responsável pela família	O responsável pela família não sabe ler e escrever	5
		O responsável pela família não sabe ler e escrever	0

Tabela 4 - Dimensão 4: Educação
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)

5.3. CONSTRUÇÃO DO IVS-SALVADOR

A construção do IVS-Salvador demandou não apenas a definição das dimensões e dos indicadores que representam as condições de vulnerabilidade das famílias, mas também a atribuição de pesos diferenciados a esses indicadores. A ponderação dos indicadores buscou refletir não apenas a presença de privações sociais, mas, sobretudo, a intensidade e o impacto dessas privações na vida das famílias.

Conforme argumenta Jannuzzi (2012), a construção de indicadores sintéticos exige decisões metodológicas que articulem critérios técnicos, disponibilidade de dados e finalidade da política pública. Assim, os pesos atribuídos no IVS-Salvador foram definidos considerando três princípios centrais:

- grau da privação social representada pelo indicador;
- impacto do indicador na reprodução intergeracional da pobreza;
- capacidade do indicador de diferenciar níveis de vulnerabilidade entre famílias.

Para garantir equilíbrio analítico, o índice foi estruturado em quatro dimensões com pontuação máxima de 20 pontos, totalizando 80 pontos. A distribuição interna dos pesos foi definida de modo a priorizar indicadores que representam violações de direitos, precariedade estrutural ou restrições significativas à autonomia das famílias.

5.3.1. CÁLCULO DO ÍNDICE

Como a análise considera diversas dimensões e múltiplos indicadores, foi necessário adotar procedimento que permitisse sintetizar essas informações, tornando-as comparáveis entre as famílias. Para isso, foram construídos índices sintéticos, que agregam os resultados dos indicadores em medidas únicas. O cálculo desses índices segue a base metodológica utilizada no IVF-PR, garantindo coerência com a abordagem já consolidada na experiência de referência. Dessa forma, cada dimensão é representada por um índice específico e, a partir da combinação desses resultados, obtém-se um índice final de vulnerabilidade, que expressa, de maneira sintética, a situação geral de cada família.

O esquema apresentado na Figura 2 demonstra as três etapas de cálculo do IVS-Salvador, desde o somatório das pontuações dos indicadores até a obtenção do índice sintético final. Inicialmente, são somadas as pontuações dos indicadores de cada dimensão – moradia, perfil familiar, trabalho e renda e educação –, resultando em uma pontuação total por dimensão, cujos valores variam entre 0 e 20. Na etapa seguinte, essas pontuações passam por normalização, sendo convertidas em índices sintéticos que variam de 0 a 1, por meio de fórmula que considera os valores mínimo e máximo possíveis em cada dimensão. Por fim, o índice final de vulnerabilidade de cada família (IVS) é obtido a partir da média aritmética dos índices dimensionais, resultando em um valor único que sintetiza o nível geral de vulnerabilidade social.

Os critérios adotados para a definição das pontuações máximas e mínimas são diversos, resultando da combinação entre parâmetros de natureza técnica, estatística e analítica.

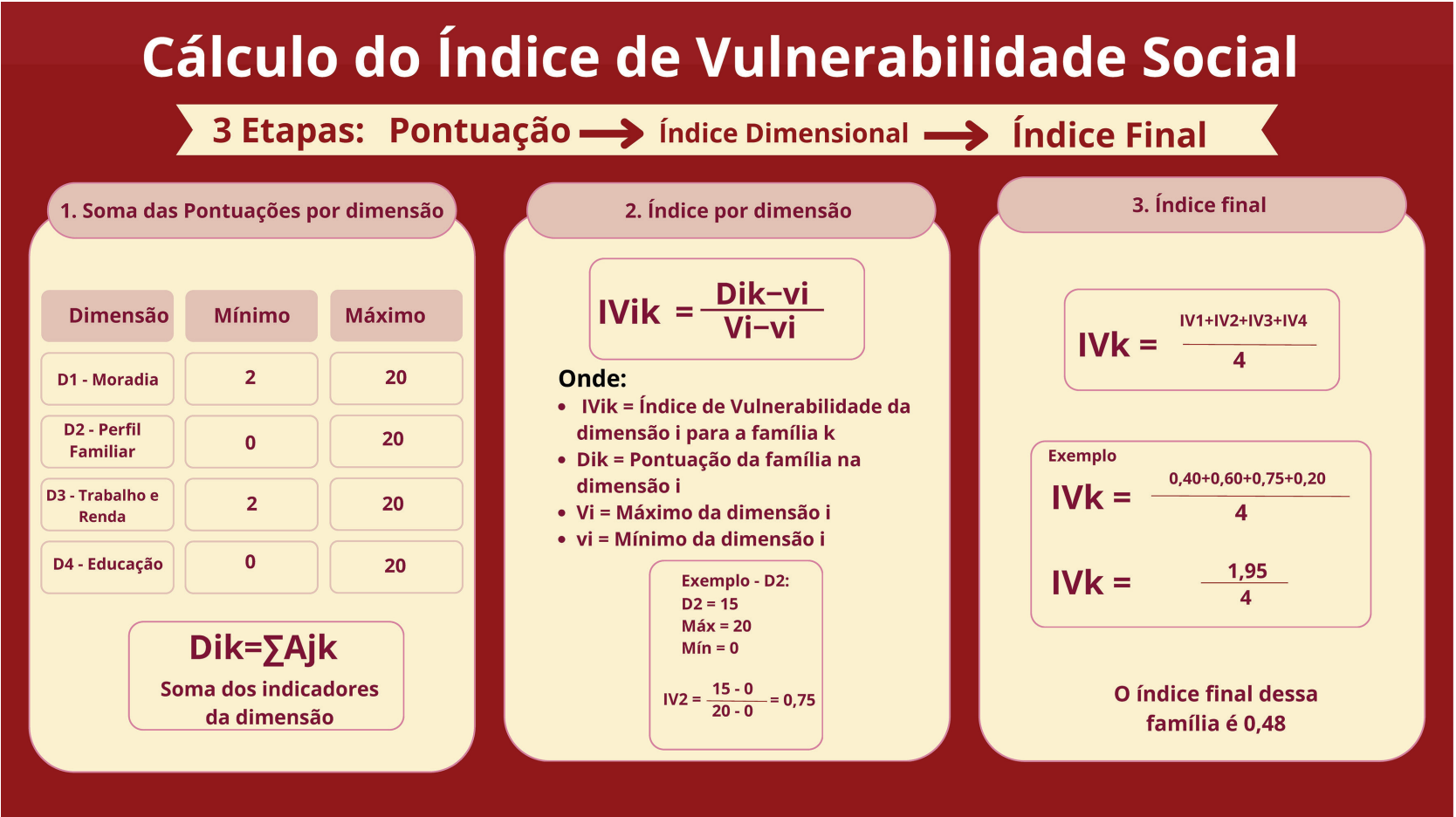


Figura 2 - Cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)

Destaca-se que, na simulação do cálculo do índice, foi estabelecida uma regra de exclusividade com o objetivo de garantir a coerência interna do modelo.

Conforme abordado anteriormente, o Indicador 1 da Dimensão 1 (Espécie de domicílio) possui caráter excludente em relação aos demais indicadores dessa dimensão. Dessa forma, quando o cadastro familiar é classificado na categoria “domicílio improvisado”, as demais variáveis da dimensão Moradia passam automaticamente a assumir valor igual a zero.

A partir das pontuações estabelecidas, a Tabela 5 apresenta os valores de cada peso atribuído a cada indicador para consolidação dos índices sintéticos e do IVS-Salvador.

O IVS-Salvador resulta da média simples dos índices dimensionais, procedimento adotado em razão da equivalência proporcional entre as dimensões que compõem o modelo. Cada dimensão possui pontuação máxima idêntica, o que assegura peso igual na composição do índice final e evita a sobre-representação de determinadas condições de vulnerabilidade em detrimento de outras

REFERÊNCIA		D1 - MORADIA							D2 - PERFIL FAMILIAR					D3 - TRABALHO E RENDA			D4 - EDUCAÇÃO			
		D1.1	D1.2	D1.3	D1.4	D1.5	D1.6	D1.7	D2.1	D2.2	D2.3	D2.4	D2.5	D3.1	D3.2	D3.3	D4.1	D4.2	D4.3	D4.4
Pontuação	Máxima	6	3	3	2	3	4	3	3	6	4	5	2	7	9	4	8	4	3	5
		4		2	1		2	1	2		2	3		4	6		6			
																	4			
	Mínima	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Mínimo da dimensão		2							0					2			0			
Máximo da dimensão		20							20					20			20			
Peso no índice da dimensão	Máxima	0,300	0,150	0,150	0,100	0,150	0,200	0,150	0,150	0,300	0,200	0,250	0,100	0,350	0,450	0,200	0,400	0,200	0,150	0,250
		0,200		0,100	0,050		0,100	0,050	0,100		0,100	0,150		0,200	0,300		0,300			
																	0,200			
	Mínima	0,100							0,000					0,100			0,000			
Peso no IVS	Máxima	0,080	0,040	0,040	0,027	0,040	0,053	0,040	0,055	0,109	0,073	0,091	0,036	0,127	0,164	0,073	0,145	0,073	0,055	0,091
		0,053		0,027	0,013		0,027	0,013	0,036		0,036	0,055		0,073	0,109		0,109			
																	0,073			
	Mínima				0,027						0,000			0,036			0,000			

Tabela 5 - Pontuação e valores dos índices por dimensão e geral
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)

5.3.2. SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os dados utilizados para esta publicação são referentes ao mês de dezembro de 2025 e podem mudar de uma semana para outra devido à sua dinâmica temporal, como nascimentos, mudança de faixa etária e óbitos. Nesse sentido, a seleção das famílias para o Programa Vida Nova será feita posteriormente, podendo apresentar variações em relação aos ensaios apresentados nesta publicação, uma vez que estes representam um retrato do período analisado.

A Figura 3 apresenta a distribuição espacial dos bairros que concentram o maior número de famílias classificadas nos níveis mais elevados do IVS-Salvador. Destacam-se os bairros de Paripe, Valéria e São Cristóvão, com concentração entre

85 e 131 famílias em situação de maior vulnerabilidade. Em um segundo grupo, com valores entre 48 e 84 famílias, encontram-se os seguintes bairros: Bairro da Paz, Periperi, Pernambués, São Marcos, Itapuã, Águas Claras, Sussuarana, Fazenda Grande do Retiro, Cassange e Fazenda Coutos.

A análise dessa distribuição evidencia uma concentração mais expressiva nas áreas periféricas do município, especialmente nas regiões do Miolo, do Subúrbio Ferroviário e na porção nordeste da cidade. Observa-se, ainda, que muitos desses bairros coincidem com territórios classificados como Zonas Especiais de Interesse Social - Tipo 1 (ZEIS) no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2016, o que reforça a presença de características associadas às dimensões de vulnerabilidade consideradas no índice.

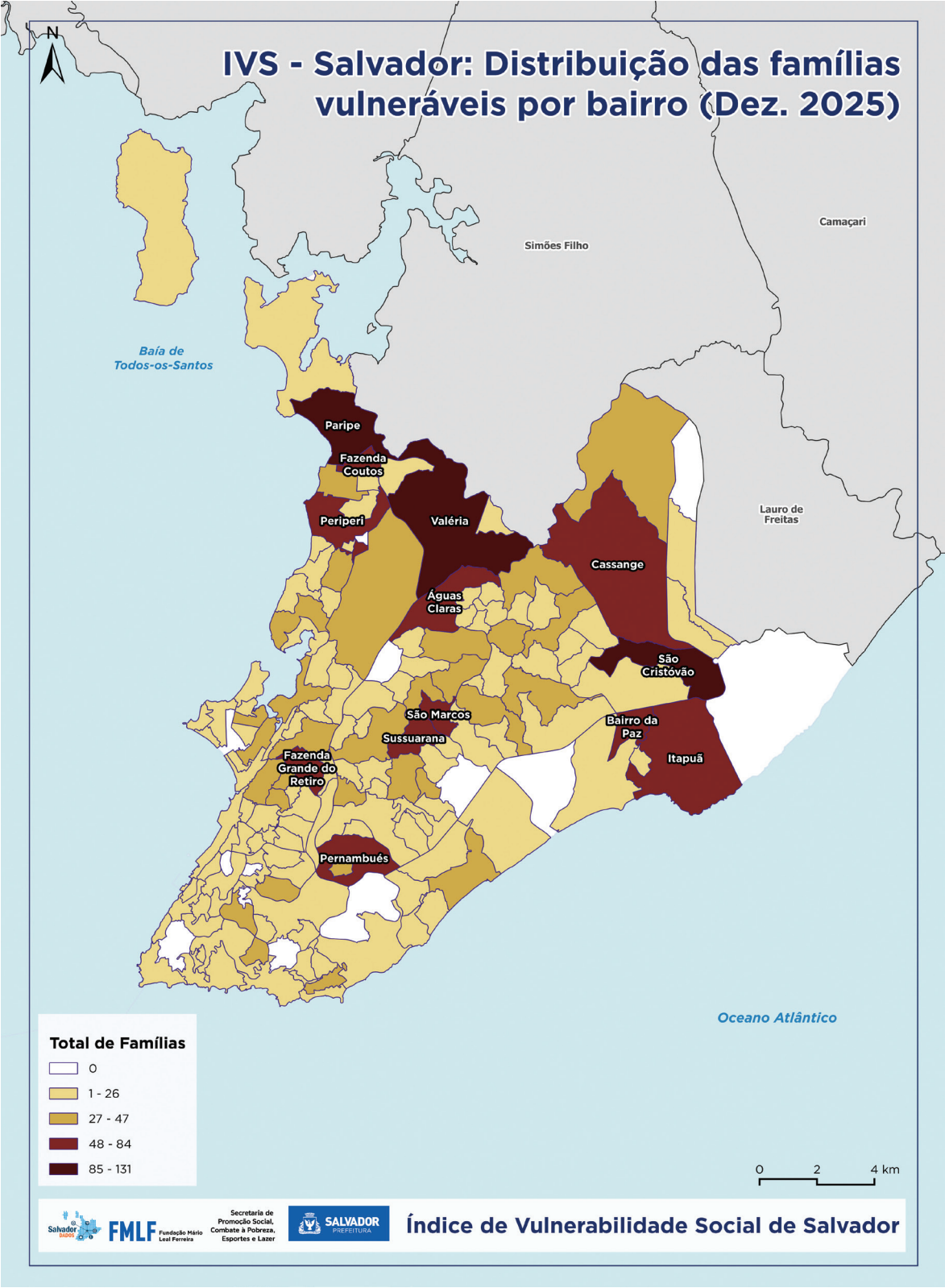


Figura 3 - Mapa de distribuição das famílias vulneráveis por bairro. Dados: dezembro de 2025
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)

Por sua vez, a figura 4 apresenta a distribuição das famílias com IVS-Salvador mais elevado segundo a área de cobertura das unidades do CRAS, evidenciando quais equipamentos concentram maior volume de atendimento a esse público. Destacam-se os CRAS Paripe, Pau da Lima e Brotas, que assistem entre 179 e 234 famílias classificadas nos níveis mais altos do índice. Em seguida, situam-se os CRAS Liberdade, Castelo Branco e Cajazeiras, com atendimento entre 133 e 178 famílias nessa condição.

Essa leitura também evidencia a pressão diferenciada sobre a rede socioassistencial. Unidades localizadas em territórios com maior concentração de famílias vulneráveis tendem a lidar com demandas mais intensas por serviços, benefícios e acompanhamento familiar. Nesse contexto, o mapeamento da vulnerabilidade segundo as áreas de abrangência dos CRAS constitui um importante instrumento de apoio à gestão da política de assistência social, contribuindo para

orientar decisões relacionadas à alocação de equipes, ao dimensionamento da capacidade de atendimento e à priorização de ações nos territórios mais demandados.

A análise dessa configuração territorial da vulnerabilidade é, portanto, fundamental para orientar e definir as escalas de intervenção dos programas e das políticas públicas. A identificação de áreas onde essas situações se concentram permite estruturar estratégias territorialmente focalizadas, ao mesmo tempo em que subsidia a formulação de ações de alcance mais amplo, voltadas ao enfrentamento de desigualdades estruturais presentes no município. Essa leitura também favorece a articulação entre diferentes políticas setoriais, como assistência social, geração de renda, educação, saúde e infraestrutura urbana, contribuindo para a formulação de respostas mais adequadas às características socioespaciais dos territórios.

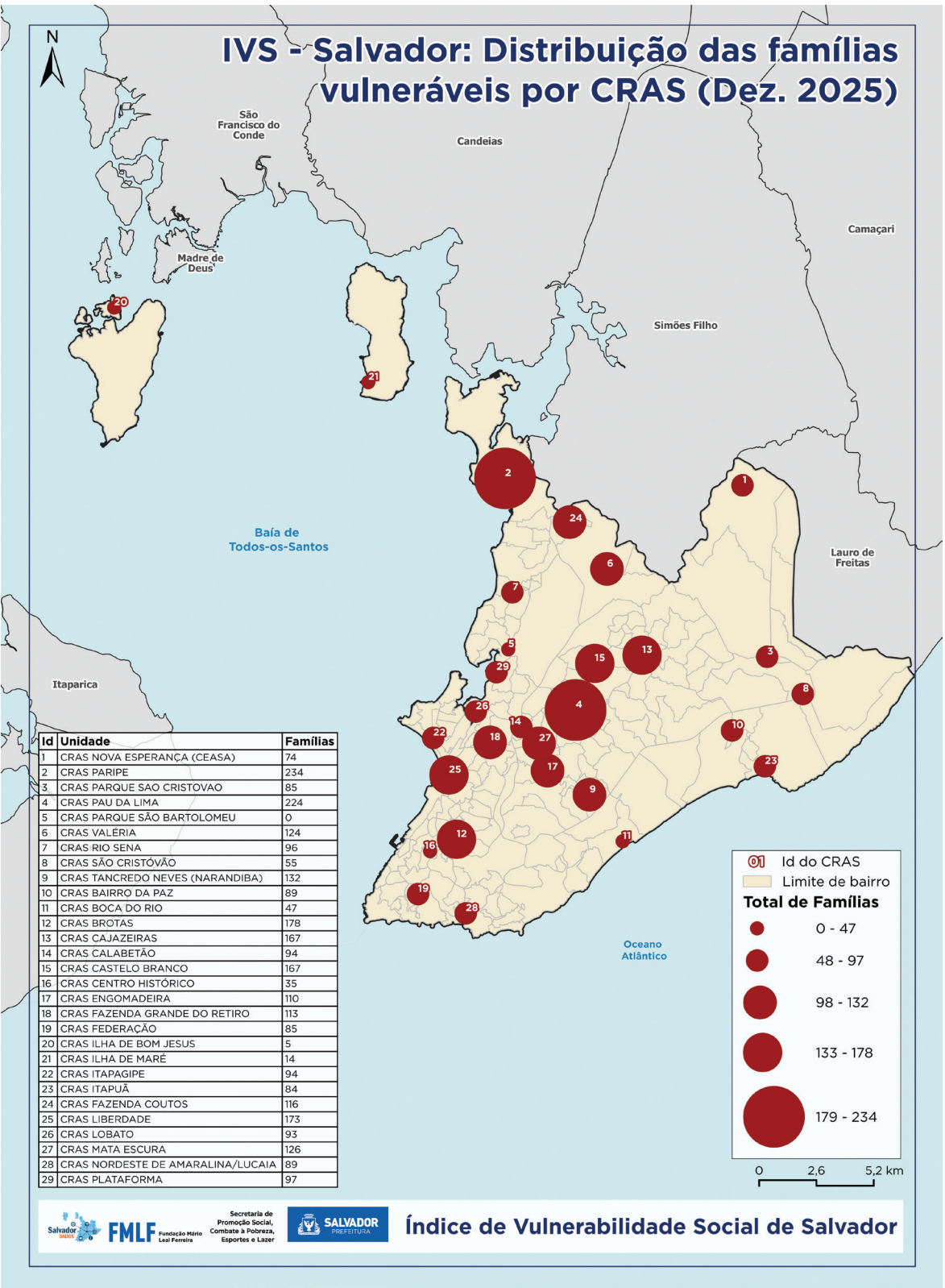


Figura 4 - Mapa de concentração de IVS-Salvador por CRAS. Dados: dezembro de 2025
Fonte: Elaborado por equipe técnica PMS (2026)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto: FMLF. Imagem gerada por IA através do ChatGpt (2026)

A construção do IVS-Salvador representou mais do que o desenvolvimento de um indicador estatístico. Tratou-se de um exercício interinstitucional de amadurecimento técnico das políticas municipais, orientado pela busca de maior racionalidade, equidade e transparência no processo de seleção das famílias beneficiárias do Programa Vida Nova.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 3º, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988). No artigo 203, afirma-se que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Esses dispositivos impõem ao gestor público não apenas o dever de atuar, mas o dever de fazê-lo com critérios justos, impessoais e fundamentados.

O IVS-Salvador foi concebido como instrumento para qualificar a materialização desse mandamento constitucional. Ao estruturar critérios objetivos, mensuráveis e publicamente verificáveis, o índice busca reduzir subjetividades na escolha das famílias, assegurando que a priorização ocorra com base em evidências e não em percepções isoladas.

Ricardo Paes de Barros (2010) destaca que políticas eficazes de superação da pobreza dependem de três pilares: diagnóstico adequado, focalização eficiente e monitoramento

contínuo. A construção do IVS-Salvador dialoga diretamente com essa perspectiva, ao estabelecer um mecanismo de identificação técnica das famílias que acumulam maiores desvantagens multidimensionais. Focalizar bem não é excluir; é garantir que os recursos públicos, sempre escassos, alcancem aqueles que mais necessitam.

O processo de construção do índice também revelou limites importantes. A principal base de dados utilizada — o CadÚnico — embora essencial, apresenta restrições inerentes à qualidade do preenchimento, atualização e profundidade de determinadas variáveis. Nenhum indicador sintético substitui completamente a realidade vivida pelas famílias.

A aplicabilidade do IVS-Salvador será testada no Programa Vida Nova por meio do ranqueamento das famílias. Posteriormente, será incorporada uma nova etapa de visita técnica para validação das condições de vulnerabilidade social identificadas na base administrativa. Essa etapa permite confrontar dados declarados com a realidade concreta do território, reduzindo riscos de erro e qualificando a intervenção.

A superação da pobreza exige corresponsabilidade. O Estado deve ofertar condições, suporte técnico e oportunidades reais. A família, por sua vez, precisa aderir ao processo, participar das ações propostas e assumir o protagonismo de sua trajetória. Sem essa disposição, a política perde potência transformadora.

7. REFERÊNCIAS

ACUÑA, Valentina; ROLDÁN, Francisca; TIRONI, Manuel; JUZAM, Leila. 2021. “The Geo-Social Model: A Transdisciplinary Approach to Flow-Type Landslide Analysis and Prevention” Sustainability 13, no. 5: 2501, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13052501>.

BARROS, Ricardo Paes de. A efetividade das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 1993.

BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília: MDS, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. *Indicadores em destaque e análise temática: monitoramento das políticas de desenvolvimento e assistência social*. Brasília: MDS, 2026. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagicad/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_343.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

BURT, Martín. Quem é dono da pobreza? O caminho para a eliminação da pobreza. Assunção: Fundación Paraguaya, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2023 e 2024*. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 3 dez. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45344-8-6-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-entre-2023-e-2024>. Acesso em: 13 mar. 2026.

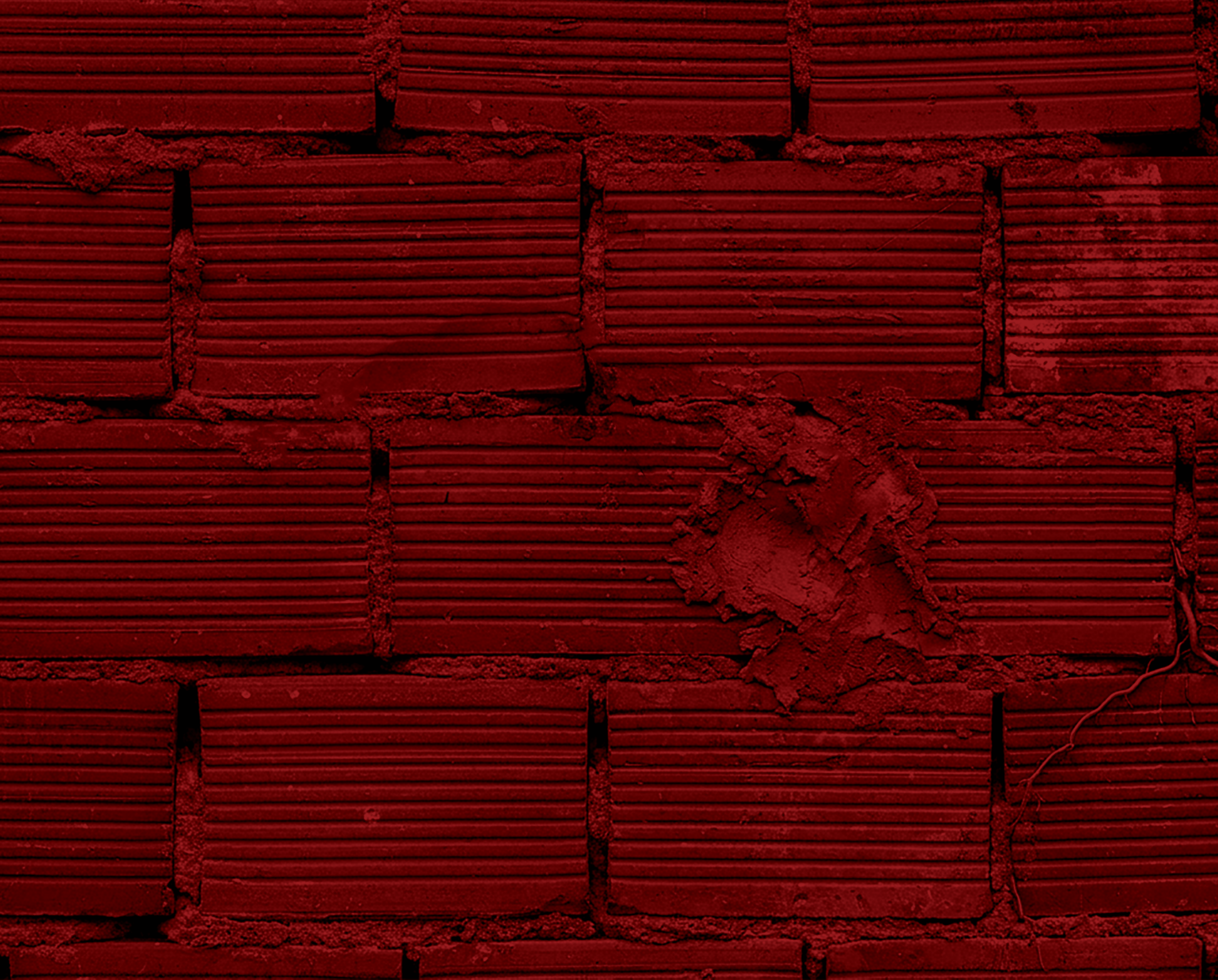
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.

LYRA, Edu. Jovens Falcões: o poder da juventude na transformação do Brasil. São Paulo: Gente, 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF. Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses: Mensuração a partir do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2022.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.





FMLF Fundação Mário
Leal Ferreira

Secretaria de
Promoção Social,
Combate à Pobreza,
Esportes e Lazer



SALVADOR
PREFEITURA